

[Handwritten signatures]



Assembleia Municipal

**ATA NÚMERO QUATRO (MANDATO DE 2021-2025) DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CARREGAL DO SAL, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL
DE 2022:_____**

_____ Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas, no Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes, Edifício dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Cilene Gomes Lindinho, secretariada, respetivamente, por Sérgio Correia Costa Rodrigues, Primeiro Secretário e Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa Segunda Secretária. _____

_____ VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. _____

_____ Verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a reunião, eram precisamente vinte horas e quinze minutos. _____

_____ Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal Paula Maria Correia Soares e António Marques da Costa Pinto, substituídos nesta sessão por, respetivamente, Francisco Rafael Batista Gouveia e Teresa Paula de Almeida Cortês Ferreira. _____

_____ A Assembleia Municipal estava assim constituída por: Cilene Gomes Lindinho, António Manuel Vicente Marques, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Francisco Rafael Batista Gouveia, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Rui Manuel Mendes Lopes, Nuno Miguel Dias Marques, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira,

António Manuel Lopes Batista, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro. _____

_____ **REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.** _____

_____ Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges, do Vereador José Dias Batista e do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo. _____

_____ **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.** _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos aos membros da Assembleia Municipal, aos membros da Câmara Municipal, ao público presente e a todos os que estavam a seguir os trabalhos via *online* através do portal do Município. _____

_____ Concluiu esta parte da sua intervenção para informar que, com base no expediente rececionado, tinha sido elaborada a ordem do dia, a seguir transcrita, cuja documentação de apoio foi previamente disponibilizada: _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** _____

_____ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. _____

_____ **ORDEM DO DIA** _____

_____ 2. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** _____

_____ APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____ 3. **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** _____

_____ 3.1. **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** _____



—DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO—

—3.2. **MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO**—

—2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2022. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.—

—3.3. **MAPA DE PESSOAL**—

—MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2022 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.—

—3.4. **TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS**—

-----DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO – AÇÃO SOCIAL. PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS A PARTIR DE 1 DE MAIO DE 2022. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.—

—3.5. **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**—

—CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO. RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.—

—3.6. **REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS**—

—3.6.1. REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA CANDIDATURA. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DA CASA DO PASSAL. RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. —

—3.6.2. REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA CANDIDATURA. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DAS OPERAÇÕES PARA TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO POSEUR, POR PARTE DA AINTAR – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O SISTEMA INTERMUNICIPAL DE ÁGUAS

RESIDUAIS DE CARREGAL DO SAL, SANTA COMBA DÃO, TÁBUA E TONDELA.
RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. _____

_____ **3.7. REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL** _____

_____ REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL. PROPOSTA DE
ALTERAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ **4. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES** _____

_____ ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU
DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS
AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO
DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NO ANO DE 2022. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ **5. PROPOSTAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS** _____

_____ ALARGAMENTO DA IDADE ATÉ 35 ANOS DE QUEM BENEFICIA DA REDUÇÃO DE
30% NO PAGAMENTO DAS TAXAS DEVIDAS NAS CONSTRUÇÕES NOVAS – PROPOSTA
DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ **6. CPCJ DE CARREGAL DO SAL** _____

_____ CIDADÃOS ELEITORES DESIGNADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. OFÍCIO DA
COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E
DELIBERAÇÃO. _____

_____ **7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** _____

_____ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

_____ De seguida foram tratados os assuntos a seguir descritos e tomadas as seguintes
deliberações: _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** _____

_____ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. _____



—————**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.**—————

————— A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois se encontrava em condições de ser votada e aprovada, porquanto o projeto de ata foi enviado aos membros da Assembleia Municipal para receção de contributos, não se registando alterações de conteúdo. —————

————— Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por maioria, com duas abstenções dos membros Carlos Alexandre Pais Baptista e Teresa Paula de Almeida Cortês Ferreira e restantes dezoito votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, António Manuel Vicente Marques, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Francisco Rafael Batista Gouveia, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Rui Manuel Mendes Lopes, Nuno Miguel Dias Marques, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, António Manuel Lopes Batista, Nuno Miguel Pais Seabra, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro. —————

—————**INFORMAÇÕES DIVERSAS.**—————

————— A Presidente da Assembleia Municipal informou que a correspondência recebida e expedida, que se encontrava arquivada em pastas próprias, poderia ser consultada sempre que os membros da Assembleia Municipal assim o desejassem. —————

————— Antes de dar início aos trabalhos propriamente ditos, deixou duas notas: uma relativa aos Regimentos da Assembleia Municipal Jovem e ao Conselho Municipal de Segurança, que, devido à ordem de trabalhos ser já extensa e complexa, ficariam para

integrar a ordem do dia da sessão de junho, pelo que proximamente iriam ser enviados os respetivos documentos em *word* a todos os elementos da Assembleia Municipal para que estes pudessem dar os contributos que entendessem. _____

_____ Prosseguiu afirmando que, na sequência da moção aprovada na última sessão sobre a Guerra na Ucrânia, tinha recebido resposta das comunicações emanadas do Presidente da Assembleia da República e da Embaixada Russa. _____

_____ De seguida, declarou aberto o espaço para intervenção dos membros, _____

_____ **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA,** _____

_____ aceitando inscrições, solicitando que os interessados tentassem ser o mais expeditos possível nas suas intervenções pois tinha sido registada a inscrição de doze pessoas. _____

_____ *António Manuel Lopes Batista* – Apresentou cumprimentos. Começou a sua intervenção referindo-se à maldita guerra na Ucrânia para afirmar que a bancada do Partido Social Democrata entendia que devia ser reiterada a condenação da Guerra, pela invasão e censurar o desprezo do Estado Russo pelas vidas humanas, pela soberania dos estados e das nações, bem como pelas Nações Unidas e pelo seu Secretário-geral e por todos quantos se têm empenhado na procura da solução da paz. A propósito de paz registou, com grande apreço, a forma como decorreram as comemorações do vinte e cinco de abril no Concelho em especial no que diz respeito ao que foi feito em relação ao Cônsul Aristides de Sousa Mendes, que afirmou dever ser este o farol de inspiração e um exemplo a ter em conta na defesa dos mais elementares direitos humanos. Deixou, depois uma recomendação ao senhor Presidente da Câmara para que, no Salão Nobre e no painel descerrado nessas cerimónias, fique a mesma mensagem no idioma francês, uma vez que o ato heroico aconteceu em França. Em nome da bancada do Partido Social Democrata fez,



ainda, alusão à tomada de posse do Provedor, pessoa que nunca escondeu a sua filiação no Partido Socialista, mas que a bancada acreditava que iria honrar os princípios de independência e de defesa dos interesses de todos os munícipes junto dos serviços municipais, convictos e esperançados de que saberá certamente defender os mais desprotegidos e de todos na sua relação com os referidos serviços do Município e do Executivo Municipal, estando no seu cargo para dar voz a quem não a tem. _____

_____ *António Manuel Vicente Marques* – Apresentou cumprimentos. Afirmou que o propósito da sua intervenção resulta de uma reflexão dos últimos tempos e que tem a ver com alterações significativas, sobretudo na sua via pessoal e sobretudo profissional. Informou que na semana seguinte iria apresentar formalmente a sua renúncia ao mandato. Considerou que, após dois anos atípicos, devido à pandemia, era agora registado um regresso a alguma normalidade e atendendo a que o que o movia há alguns anos atrás era procurar outros horizontes e trazer para o seu Concelho experiências e recursos que o dinamizassem, investiu, por isso, muito em diversas áreas designadamente indústria, comércio, agricultura, agroindústria, acreditando que tinha porventura investido até mais do que o próprio Município. _____

_____ Todavia, após uma reflexão mais racional e menos emotiva, concluiu que não fazia sentido continuar este processo no Concelho e os investimentos pensados seriam, em termos económicos, mais frutíferos noutros locais onde as solicitações seriam maiores. Terminou desejando os maiores votos de sucessos pessoais e profissionais a todos os elementos da Assembleia referindo que, nestes dois últimos anos, conheceu muitas pessoas interessantes, reencontrou outras e estava muito grato a todos. Concluiu fazendo votos para que o Concelho evolua. _____

_____ Solicitou, por último, que não fosse processada a sua senha de presença desta sessão, pois iria ausentar-se, o que fez de seguida. _____

———A Presidente da Assembleia Municipal desejou sucessos profissionais e pessoais ao membro António Manuel Vicente Marques. —————

———Face à sua ausência registada, a Assembleia Municipal passou a estar constituída por dezanove elementos: Cilene Gomes Lindinho, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Francisco Rafael Batista Gouveia, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Rui Manuel Mendes Lopes, Nuno Miguel Dias Marques, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, António Manuel Lopes Batista, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro. —————

——— *Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira* – Apresentou cumprimentos. Solicitou, de seguida, em nome da bancada do movimento Cidadãos Independentes pelo Concelho do Carregal, esclarecimentos sobre a necessidade da contratação de um assessor técnico para a realização das Festas do Concelho. Questionou, a ser verdade, o porquê da escolha da pessoa em causa, Luís Viegas, pois o investimento de que se falava, quatro mil euros, deveria ser justificado. Salvaguardou que tal deve refletir que o Município estava bem financeiramente e, pelos vistos, recomendava-se, antevendo que não faltaria financiamento para outras áreas tais como educação, saúde, assistência social, manutenção de vias e outras. —————

——— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* - Apresentou cumprimentos. Recordando que, no dia da tomada de posse, tinha solicitado que todos os documentos lhe fossem enviados em suporte papel e tal solicitação não foi atendida para a sessão que estava a decorrer. Referindo-se à prestação de contas e por a respetiva documentação conter cerca de quatrocentas páginas, não lhe pareceu razoável que a mesma fosse rececionada no dia



anterior à realização da sessão, pois não se sentia confortável para tomar decisões em consciência, por não ter tido tempo para a analisar. _____

_____ Depois dirigiu-se ao Presidente da Câmara Municipal para referir que, aquando da tomada de posse anunciou dez medidas imediatas para concretizar, sendo que, entre estas, estava a não utilização de glifosatos e herbicidas na limpeza dos caminhos e questionou se se sentia confortável e tranquilo pela forma como as equipas de limpeza estavam a executar os trabalhos pois acontecia, muitas vezes, em horas de grande movimentação designadamente no Arruamento Urbano a Sul da Vila, colocando em risco a segurança da população que por ali passava nessas horas. _____

_____ *Presidente da Assembleia Municipal* – Usou da palavra para afirmar que parte da documentação, face à sua dimensão, como era o caso dos documentos de prestação de contas, forma disponibilizados através de link para o efeito, complementado posteriormente, referindo que no futuro iria providenciar para que a sua disponibilização fosse feita com mais antecedência, obviando à questão apresentada. _____

_____ *Adelino Morgado Carneiro* – Apresentou cumprimentos. Referiu-se à Travessa do Barreiro, em Parada, obra ansiada há cerca de vinte anos que, disse, estar finalmente concluída, pelo que pretendia agradecer ao Presidente da Câmara Municipal e aos trabalhadores da Câmara Municipal por essa concretização, afirmando que ele e os seus pares estavam para servir a Freguesia de Parada e o concelho e não para serem servidos pela Freguesia. _____

_____ *Nuno Miguel Pais Seabra* – Apresentou cumprimentos. Começou por agradecer à Câmara Municipal, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato, a homenagem feita ao Cônsul Aristides de Sousa Mendes nas comemorações do vinte e cinco de abril, designadamente a atribuição do nome do humanista ao Salão Nobre, estendendo esse agradecimento aos membros da Assembleia Municipal que votaram essa

proposta favoravelmente, salientando o descerramento do painel que, desde esse dia, engrandecia aquele espaço. _____

_____ Referiu-se depois à Bolsa de Turismo de Lisboa para sublinhar que tinha estado naquele certame para representar o Concelho. Afirmou que, ao chegar, e após ser recebido pelo Presidente e restante comitiva que já lá estava, pôde assistir à atuação da Mariana Rebelo, seguindo-se depois um momento de degustação realçando também o desempenho e dedicação dos trabalhadores da Câmara Municipal que estiveram de serviço. Afirmou que o entristecia, portanto, o facto de nas redes sociais se questionar as motivações da presença da comitiva na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa. Reiterou que o que o moveu na sua ida a Lisboa foi a representação do Concelho e não para beneficiar de um momento de lazer, concluindo que saiu de lá de alma cheia, com o sentimento do dever cumprido e convicto de que o Concelho tem muito potencial turístico para ser divulgado. —

_____ *Rui Manuel Mendes Lopes* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para discordar do que designou de uma das novas formas de financiamento da Câmara Municipal referindo-se, a propósito, às multas de estacionamento que recentemente foram passadas a muitos munícipes, nalguns casos três e mais ao mesmo munícipe. Recordou que, aquando da campanha, o atual Presidente da Câmara tinha ostentado a bandeira de que fixar e atrair pessoas para o Concelho defendeu a aposta na criação de melhores condições de vida, a todos os níveis, pelo que as recentes multas, apesar de constituírem receita para o Concelho, desencorajava as pessoas à sua fixação. _____

_____ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Apresentou cumprimentos. Questionou, de seguida, a Câmara Municipal sobre o ponto de situação da Casa do Passal, solicitando esclarecimentos sobre o prazo para apresentação de candidaturas, o número de empresas concorrentes e se já estava prevista a data para assinatura do contrato de adjudicação da obra. _____



———Referiu-se, de seguida, à questão que colocara na anterior sessão da Assembleia Municipal, referente à sinalização dos Nós de saída do IC12 – Itinerário Complementar Doze, nomeadamente o de Carregal/Pinheiro. Referiu-se às notícias que davam conta da realização de reuniões com a Infraestruturas de Portugal e que atribuíam a responsabilidade da situação ao Tribunal de Contas, solicitando esclarecimentos ao Presidente da Câmara Municipal.———

———Terminou com um alerta dirigido à Câmara Municipal ou à Junta de Freguesia de Oliveira do Conde para o arranjo / limpeza do espaço junto à rotunda do Nó de saída do IC12 – Itinerário Complementar Doze, em Oliveirinha, no local onde se encontra colocada a placa comemorativa da inauguração daquele itinerário, que afirmou estar coberto de erva solicitando uma intervenção por entender que se trata de um espaço que simboliza um marco importante para o Concelho e que merece, por isso, outro cuidado e outra dignidade.

———*Carlos Alexandre Pais Baptista* – Apresentou cumprimentos. Dirigiu-se depois ao Presidente da Câmara Municipal para referir que, uma vez mais, o motivo da sua intervenção era a Ribeira de Travassos, pois o problema continuava a existir, informando que no dia vinte e dois de abril, apesar de todos os esforços desenvolvidos e reuniões realizadas, voltaram a registar-se descargas que deixaram a Ribeira num estado lastimoso. Agradeceu o empenhamento da Câmara Municipal e do Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato na resolução deste assunto, mas via-se forçado a demonstrar o seu desagrado pela persistência do problema pois, na verdade, e apesar de na última sessão da Assembleia Municipal todos terem confirmado a sua solidariedade para com a população de Beijós, nada tinha surtido efeito, pelo que entendia que tinham de ser mais incisivos.———

——— Assim, procedeu à leitura do pedido da população de Beijós:———

———“Dirijo-me a esta Assembleia em meu nome e em nome de dezenas de habitantes

da aldeia de Beijós. O que nos motiva é um dever enquanto cidadãos que temos para com a nossa terra e vimos a este palco partilhar a nossa mágoa e os nossos passos na esperança de que vocês queiram caminhar ao nosso lado, tornando eventualmente o caminho a percorrer mais curto e menos penoso. _____

_____A nossa Ribeira de Travassos que vulgarmente chamamos de Ribeira de Beijós, ribeira que atravessa a nossa aldeia e que sempre nos encheu de orgulho, tem vindo a ser poluída através das descargas que a ETAR III de Nelas tem feito. Estas descargas são de resíduos urbanos e industriais que são despejados, muitas vezes sem qualquer tratamento, na nossa ribeira. A nossa ribeira está suja, cheia de espuma e a sua fauna a ser liquidada.—

_____A ETAR III foi feita, tendo sido dispensado o tão premente prévio estudo ambiental e, temos provas que o Município de Nelas, com conhecimento da necessidade de tratar os resíduos antes de os largar na nossa ribeira, preferiu não o fazer invocando que os reagentes eram caros e o Município de Nelas estava com dívida perante a empresa vendedora. _____

_____Lutámos, fizemos barulho, pedimos, implorámos e discutimos, do outro lado ouvimos silêncio às vezes interrompido com promessas vãs. _____

_____Unimo-nos como comunidade e demos entrada de queixa-crime contra o Município de Nelas e contra desconhecidos, esperando que o Ministério Público, feita a investigação os identifique e os faça parar e pagar. _____

_____Os resíduos que recebemos vêm do Município vizinho e a vós, eleitos para nos representar, perguntamos: porquê? Por que razão desagua o lixo de Nelas numa Ribeira de Beijós em Carregal do Sal? Como podemos permitir que o Município de Nelas escolha enviar-nos o seu lixo não tratado porque é cara a compra de reagentes? E ainda: que comunidade somos nós se não nos unirmos contra esta afronta contra a nossa Natureza? Somos todos conterrâneos e vimos até vós dizer que não vamos desistir! _____



— Por ser a nossa terra, nós não podemos deixar-nos ficar sentados e a vós por serem, muitos também de Beijós, mas todos, por sermos do mesmo Município vimos lançar um desafio: juntem-se a nós nesta luta. Enquanto Assembleia, enquanto Câmara, enquanto cidadãos, deem o primeiro passo, recriminem estes factos e lutem ao nosso lado pela nossa terra. _____

— Proposta: _____

— Tendo em conta o testemunho aqui trazido, proponho que seja aprovada moção de censura pelo comportamento do Município de Nelas, na sua ação e na sua inação pelos danos provocados à Ribeira de Beijós, devendo esta moção, logo que aprovada, ser enviada à Assembleia Municipal de Nelas e ao seu Executivo Municipal, sendo dado conhecimento da mesma ao Executivo de Carregal do Sal. _____

— Mais proponho que seja aprovada recomendação a enviar ao Executivo Municipal de Carregal do Sal para que o mesmo se associe à comunidade de Beijós na queixa-crime movida.” _____

— A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para questionar se pretendia que o que acabara de ler seria para transformar em proposta de moção e se seria para apreciar e votar na sessão em curso, ao que o membro da Assembleia Municipal respondeu afirmativamente, evidenciando que seria ainda ideal que a proposta pudesse conter contributos de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal. _____

— *Nuno Miguel Dias Marques* – Apresentou cumprimentos. Começou a sua intervenção reafirmando a solidariedade para com a população de Beijós, em nome da bancada do Partido Social Democrata. _____

— Prosseguiu a sua intervenção questionando sobre o que tinha acontecido aos bancos de jardim que estavam colocados junto à loja Caralinda, em Carregal do Sal, pois

tinham sido retirados e não tinham sido repostos._____

_____ *Francisco Rafael Batista Gouveia* - Apresentou cumprimentos. Deu início à sua intervenção afirmando o reconhecimento e gratidão pelo reforço anunciado para breve das EIP – Equipas de Intervenção Permanente no Concelho, que passarão a ser quatro em vez das atuais duas, sendo mais uma para cada uma das Associações Humanitárias do Concelho, ou seja, de Cabanas de Viriato e de Carregal do Sal, contando o Concelho, desta forma, com um contingente de vinte operacionais permanentes. Enquanto bancada, o Partido Social Democrata reconhece o empenho da Câmara Municipal nesta matéria, ciente do esforço e custos associados, esperando que este reforço venha a dar uma resposta adequada e eficiente às necessidades sentidas, nomeadamente, em matéria de socorro às populações e defesa dos seus bens._____

_____ Ainda no âmbito da proteção civil, questionou qual o ponto de situação em relação à anterior Delegação Concelhia da Cruz Vermelha Portuguesa, pois tinham conhecimento que a Comissão nomeada tinha feito a entrega das chaves sem garantirem a missão para que foram incumbidos, e, por isso, gostariam de saber o que estava a ser planeado com vista à resolução deste assunto e se o Concelho iria ter ou não uma Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa._____

_____ Por último, referiu-se ao Centro de Saúde para afirmar que continuavam a verificar-se muitas lacunas no atendimento aos utentes, designadamente ao nível do contacto telefónico, pelo que questionava qual o ponto de situação em relação à central telefónica, que fez parte das promessas eleitorais do atual executivo_____

_____ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Apresentou cumprimentos. Iniciou a sua intervenção referindo que a mesma seria repetitiva e baseada numa palavra: o elogio, pelo trabalho realizado. Parabenizou a Câmara Municipal pelas recentes notícias relativas à Casa do Passal por terem existido quatro empresas concorrentes, o que a todos regozijava;



enalteceu a dignidade das cerimónias do vinte e cinco de abril e tudo o que lhe esteve associado em particular a atribuição do nome de Aristides de Sousa Mendes ao Salão Nobre dos Paços do Concelho e o respetivo mural e deixou, ainda, um elogio e uma nota de rodapé pelo facto de, finalmente, existir uma galeria dos antigos presidentes de Câmara Municipal e de Assembleia Municipal em espaço adequado no Edifício dos Paços do Concelho. Continuou referindo que se sentia verdadeiramente feliz por poder dizer, com regozijo, que vive num Concelho que baniu definitivamente o glifosato. E acrescentou que, se calhar, teriam de equacionar a hipótese de fazer a deservagem noturna para não causar incómodos. _____

_____ Prosseguiu tecendo novo elogio à Câmara Municipal pelo facto de estar prevista a realização de uma feira anual, no dia dez de julho do corrente ano, integrada nas Festas do Concelho. _____

_____ Continuou a sua intervenção deixando mais um elogio à Câmara Municipal, ao Executivo e ao Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Conde pelo empenhamento e dedicação depositados nas gravações do filme "O teu rosto será o último", que decorriam na Vila de Oliveira do Conde e que, certamente, promoveria a Localidade, a Freguesia e o Concelho, pelo que ansiava a sua exibição. _____

_____ Terminou sugerindo que fosse votada naquela Assembleia a moção que o membro e Presidente da Junta de Freguesia Carlos Baptista tinha apresentado por entender que a proposta de moção reunia, por si, condições para tal propósito. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou novamente da palavra para dizer que, se todos estivessem de acordo, então poderia votar-se e, no caso, deveriam ser feitas as respetivas diligências para o seu envio, nomeadamente à Câmara Municipal de Nelas. _____

_____ *António Manuel Lopes Batista* – Voltou a usar da palavra para, em nome da Bancada do Partido Social Democrata, dizer que essa era também a intenção da bancada

em relação à respetiva moção pois não deveria protelar-se uma questão de tamanha pertinência e oportunidade. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal colocou então a Moção em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, salvaguardando-se que o membro António Manuel Vicente Marques não exerceu esse direito por se ter retirado da sessão. _____

_____ *Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos* – Apresentou cumprimentos. De seguida, usou da palavra para clarificar que o espaço onde está colocada a placa de indicação do IC12 – Itinerário Complementar Doze, a que o membro Manuela Campos se referiu é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal entendendo que, neste caso, a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia de Oliveira do Conde não deveriam intervir, mas sim interceder nesse sentido, junto daquela entidade. _____

_____ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Usou da palavra para afirmar que se é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, entendia que já se deveria ter diligenciado no sentido da necessária intervenção. _____

_____ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para esclarecer que, quando se referiu à limpeza das ruas foi no sentido de alertar para uma situação que pode colocar em causa a segurança dos transeuntes e das viaturas referindo que há normas para a realização daquele tipo de intervenções. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, após apresentar cumprimentos informou que iria responder às questões suscitadas. _____

_____ Ao membro António Batista, respondeu que a Câmara Municipal está solidária com a situação na Ucrânia, tendo aprovado documento em anterior Assembleia por todos



os partidos representados e teve oportunidade de o transmitir à Embaixadora da Ucrânia, inclusive tem tido o cuidado de contactar regularmente com o Consulado da Ucrânia, no Porto. Salvaguardou, no entanto, que caso a Assembleia Municipal entendesse voltar a solidarizar-se com a situação da Ucrânia, nada tinha a opor. Sobre as comemorações do vinte e cinco de abril, referiu estar satisfeito pela homenagem a Aristides de Sousa Mendes ter sido do agrado de todos, incluindo dos familiares do Cônsul que marcaram presença nas cerimónias, registando com agrado o facto da Oposição ter ficado satisfeita com a cerimónia, apesar de não ter votado a favor da decisão de dar ao Salão nobre o nome de Aristides de Sousa Mendes. _____

_____Ao membro Vicente Marques, disse respeitar as suas decisões e desejou-lhe as maiores felicidades em termos profissionais e pessoais, acrescentando que o Concelho está sempre aberto e acarinha quem nele quer investir e viver. _____

_____Ao membro Elisabeta Caldeira respondeu que o Executivo Camarário tem legitimidade para contratar quem entende para o assessorar na realização das Festas do Concelho acrescentando que o anterior executivo contratava o(a)s artistas através de empresas. Referiu-se aos montantes envolvidos em anos anteriores na realização das Festas, designadamente em relação ao cartaz artístico esclarecendo que há dois anos atrás foram gastos cento e dezoito mil euros para esse efeito. E explicou que, desse montante, entre sete vírgula cinco a dez por cento eram para comissões a pagar às empresas/agentes dos respetivos artistas, pelo que, contas feitas, certamente os quatro mil euros que a Câmara Municipal irá pagar ao senhor Luís Viegas, que já trabalhou com o Executivo Camarário anterior, será de montante bem inferior, sendo notório que a Câmara Municipal continuará a fazer negócios para o Concelho que diminuam as despesas, aliás, como tinha acontecido em relação ao processo do revisor de Contas. Convicto de que todos certamente desejam que as Festas do Concelho sejam um sucesso, afirmou que, no

final das mesmas, a Câmara Municipal fará um balanço do evento em que analisará as opções tomadas e assumirá certamente o que tiver de assumir pois nada tem para esconder e, por isso, desde o início todo o processo foi transparente. Terminou reafirmando que a Câmara Municipal confia no profissional Luís Viegas, razão pela qual contratou os seus serviços, acrescentando que este profissional tinha um profícuo historial de ligação às Festas do Concelho, informando sobre o investimento que estava a ser feito no novo figurino deste certame esperando que tal seja do agrado da maioria das pessoas. —————

—————Ao membro Sandra Cortês respondeu ficar um pouco perplexo pois o link da documentação é habitualmente disponibilizado com alguma antecedência, pelo que poderia ter havido alguma falha do ponto de vista administrativo, afirmando que essa situação, a confirmar-se, iria ser certamente corrigida de futuro. Confirmou-se que foi enviado outro link e porventura o membro da Assembleia Municipal não se apercebeu. —

—————Sobre a limpeza das ruas esclareceu que a Câmara Municipal estava a trabalhar com duas empresas a quem competia esse trabalho, de acordo com uma divisão territorial previamente definida e, mais próximo do final do ano, seria feita nova deservagem. No que dizia respeito às cautelas enumeradas afirmou ser solidário com a preocupação demonstrada sendo, aliás, uma das obrigações das empresas que efetuam os trabalhos e, por isso, iria diligenciar no sentido de sensibilizar os serviços e conseqüentemente as empresas para essa questão. —————

—————Ao membro Adelino Carneiro respondeu que o registo de contentamento demonstrado era também o seu, tendo referido que aquando da campanha eleitoral tinha afirmado que a pavimentação daquela via era uma das obras que pretendia concretizar no primeiro ano de mandato e tal tinha efetivamente acontecido, vinte anos após essa reivindicação, indo, assim, ao encontro de um velho anseio da população de Parada. Acrescentou que desejava, até ao final do mandato, concretizar outras pavimentações que



constituíram promessa eleitoral, nomeadamente Rua das Canadas, Rua das Moitas, Rua da Tapadinha e Rua das Fontainhas. _____

_____Ao membro Nuno Seabra, em relação à Bolsa de Turismo de Lisboa referiu ter ficado muito satisfeito pela participação do Concelho naquele certame que, este ano, aconteceu num figurino diferente, com uma boa expressão do ponto de vista cultural, boa representatividade dos agentes do Concelho, que muito o tinha orgulhado. Nesse sentido, deu também os parabéns ao anterior Executivo pois, por exemplo, o pavilhão já estava projetado anteriormente. Quanto aos gastos e em prol da transparência total informou que a Câmara Municipal teve um encargo de três mil, trezentos e trinta e quatro euros com a participação deste ano complementando que os gastos com as participações municipais em dois mil e dezasseis foram de vinte e dois mil, novecentos e sessenta euros e em dois mil e dezassete de quarenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e dois euros, pelo que estava claro os gastos realizados e por quem. _____

_____Ao membro Rui Lopes respondeu que não houve indicação por parte do Executivo Municipal para que a Guarda Nacional Republicana multasse fosse quem fosse, pelo que essa responsabilidade era exclusiva das forças de segurança. Acrescentou que era seu entendimento que deveria ter existido uma intervenção pedagógica e tinha, inclusive, transmitido essa posição a professores e a alguns moradores do Concelho que reclamaram e fez sentir esse mesmo entendimento ao senhor comandante da Guarda Nacional Republicana, pelo que iria analisar o que seria possível fazer sem, no entanto, pôr em causa a legitimidade das forças de segurança. _____

_____Em relação à intervenção do membro Manuela Campos, informou que o prazo para apresentação de propostas para a Requalificação e Musealização da Casa do Passal terminou a catorze de abril, pelo que a Câmara Municipal esperava poder fazer a contratualização da empreitada até ao dia vinte e quatro de junho e a respetiva

consignação até vinte e quatro de julho, por forma a poderem cumprir os prazos para a concretização da obra. _____

_____ Sobre a limpeza do IC12 – Itinerário Complementar Doze afirmou que é de considerar, mas que não podemos intervencionar naquilo que é responsabilidade de outras entidades, pelo que iria sensibilizar as Infraestruturas de Portugal para essa questão, sendo do seu conhecimento que essas limpezas iriam ser feitas por uma empresa que ganhou o concurso, mas que enquanto o Tribunal de Contas não visasse o respetivo contrato, os trabalhos não podiam avançar, processo que se prolongou devido à tomada de posse do novo Governo. _____

_____ A propósito informou que foi proposto às Infraestrutura de Portugal que fossem colocadas duas placas novas naquele itinerário – uma do lado de quem vem de Carregal do Sal para Oliveira do Conde/Cabanas de Viriato e outra para quem vem de Nelas, em que se acrescentaria, em termos distintivos, a Anta da Orca e o Cônsul Aristides de Sousa Mendes, o que foi acolhido, pelo que contava que tal fosse executado aquando da intervenção que estão a efetuar naquele espaço. _____

_____ Ao membro e Presidente da Junta de Freguesia de Beijós, Carlos Baptista, respondeu estar naturalmente solidário e quando soube da descarga do dia vinte e dois de abril, de imediato informou o Presidente da Câmara Municipal de Nelas dando-lhe conta da situação, e este fez questão de lhe enviar um relatório/memorando da Agência Portuguesa do Ambiente que atestava que tudo estava dentro dos parâmetros normais, o que, reafirmou, não se entender. De qualquer forma, reiterou estar solidário com a causa e com a Moção que tinha sido aprovada naquela sessão. Informou, a propósito, que na próxima semana contava reunir com o senhor Ministro do Ambiente, comprometendo-se, caso entendessem, a entregar-lhe a Moção ali aprovada. _____

_____ Em relação à intervenção do membro Nuno Marques, informou que os bancos



foram retirados atendendo a uma reformulação que se pretende fazer naquela área, mas certamente serão repostos, em breve, pelo menos, um ou dois bancos. _____

_____Ao membro Francisco Gouveia respondeu que os meios da Proteção Civil são uma prioridade da Câmara Municipal e, nesse sentido, estava muito satisfeito por poderem contar com mais duas Equipas de Intervenção Permanente, ainda mais tendo em conta que há cada vez mais uma maior escassez de voluntários. Nesse sentido, afirmou que tudo fará para providenciar que haja uma articulação eficiente entre as equipas existentes, tendo inclusive sido realizadas reuniões com as respetivas Corporações dos Bombeiros Voluntários no sentido de se estabelecer um protocolo de colaboração, atentos às necessidades do Município. Mais informou que esta aposta nas Equipas de Intervenção Permanente tem um encargo de cento e cinquenta mil euros por ano, encarado como um investimento na proteção civil e não como um encargo propriamente dito, adiantando que se estava na fase de fechar esse protocolo, cabendo às corporações a seleção dos respetivos elementos. _____

_____Em relação à Delegação concelhia da Cruz Vermelha Portuguesa esclareceu que a Comissão Instaladora tentou, por várias vezes, resolver a questão com a Direção da Cruz Vermelha Nacional, mas esta não estava, por enquanto, com vontade de manter a Delegação no Concelho. No seguimento, o Município contactou a Direção da Cruz Vermelha Nacional e tentou inclusive contactar a nova presidente em funções. Acrescentou que o preocupava o espólio da ex-Delegação concelhia designadamente as viaturas abandonadas com animais mortos no interior, tratando-se de uma questão de saúde pública, e o inquérito que ainda decorre e está em segredo de justiça, o que inviabilizava o desfecho breve deste problema. Acrescentou que a Câmara Municipal continuará atenta a toda esta questão e agendou uma reunião com o responsável Distrital da Cruz Vermelha Portuguesa. _____

———Sobre a central telefónica do Centro de Saúde informou que já foi adquirido o equipamento, espera que o problema se encontre resolvido. Em relação aos profissionais para a Saúde, aguardava-se a aprovação do mapa de pessoal com mais três assistentes operacionais, pois já estavam ali colocados e a trabalhar os sete médicos, que se pretendiam e como foi assumido por este Executivo como medida para o Centro de Saúde.

———Sobre a intervenção do membro Jorge Figueiredo afirmou que o Executivo ficava feliz com o reconhecimento do trabalho feito e que continuaria a trabalhar em defesa do projeto que apresentou aos munícipes. —————

———Em relação à feira anual e ao filme que estava a ser gravado em Oliveira do Conde, disse que estas ações agradaram aos comerciantes envolvidos. Acrescentou que tinham reunido com os comerciantes e estavam previstas duas feiras anuais para ajudar os feirantes depois de uma época difícil que passaram. Em relação ao filme, informou que integrava quarenta figurantes do nosso território, constituindo, por isso, motivo de orgulho para a localidade e para o Concelho. Aproveitou para informar que, no âmbito do acordo feito com a produtora que está a gravar o filme, estavam agendadas duas sessões de cinema no Centro Cultural de Carregal do Sal, com bilhetes gratuitos, mas sujeitos a reserva e outros incentivos até ao lançamento do filme no próximo ano. —————

———A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para esclarecer de novo, o membro Sandra Cortês para a informar que em relação ao *link* referente à prestação de contas o mesmo já tinha sido enviado aquando da convocatória e que foi atualizado no dia anterior. —————

———*António Manuel Lopes Batista* – Voltou a usar da palavra para afirmar que, em relação à existência dos médicos, não era evidente e não se notava o impacto na melhoria dos serviços prestados às populações. Referiu-se, depois, ao mural de Aristides de Sousa Mendes esclarecendo que entendia que o mesmo estava fantástico, mas que faria todo o



sentido que os dizeres que nele existiam estivessem também em francês, atendendo ao enquadramento histórico do gesto do Cônsul em Bordéus. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Voltou a usar da palavra para esclarecer que foi pensado que os dizeres do painel de Aristides de Sousa Mendes fossem em três línguas: português por ser a língua materna, inglês por ser um idioma universal e em hebraico por fazer todo o sentido uma vez que se espera a visita de muitos judeus, mas iriam ter em consideração e ponderar a possibilidade de estar também em francês. Relativamente aos médicos respondeu que essa era uma situação que nada tinha a ver com notar-se ou não a sua existência; a verdade é que os sete médicos estavam ao serviço e a ser pagos para desempenhar bem as suas funções e foi com envolvimento deste Presidente da Câmara que isso foi corrigido, acrescentando que acreditava no bom funcionamento do serviço. —

_____ De seguida, a Presidente da Assembleia Municipal declarou este ponto encerrado. -

_____ **ORDEM DO DIA** _____

_____ **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** _____

_____ **APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação da informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar que o documento sobre a atividade municipal e situação financeira tinha sido disponibilizado e, caso existisse alguma dúvida sobre os documentos em causa, a Câmara Municipal estaria

disponível para esclarecer. _____

_____ Não se registando qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto, passando ao ponto seguinte. _____

_____ **3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** _____

_____ **3.1. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** _____

_____ DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem do dia. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para explanar o conteúdo do documento com o recurso a *powerpoint* constituído por um resumo do relato financeiro. _____

_____ Descreveu os valores envolvidos na receita referindo que eram superiores em cerca de quatro vírgula sete por cento em relação à cobrança do ano anterior; e quanto à despesa, teve um grau de execução de cerca de sessenta e dois por cento. Sublinhou que os valores da dívida em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte um estavam dentro dos limites legais e, por isso, a Câmara Municipal cumpriu o equilíbrio orçamental. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal declarou depois aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. _____

_____ Face ao exposto, a Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: _____

_____ Contra – 0 (zero) votos; _____

_____ Abstenções – 7 (sete) votos; _____

_____ A favor – 12 (doze) votos. _____



—Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com sete abstenções dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Rui Manuel Mendes Lopes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Francisco Rafael Batista Gouveia, Nuno Miguel Dias Marques, António Manuel Lopes Batista e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Nuno Miguel Pais Seabra, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos, Adelino Morgado Carneiro, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira e Carlos Alexandre Pais Baptista, os Documentos de Prestação de Contas do Ano de dois mil e vinte e um. _____

—Os documentos de prestação de contas, referentes ao período de um de janeiro a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, consideram-se integralmente reproduzidos nesta ata, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados, pelo que serão devidamente arquivados em pasta própria, sendo que apresentam os saldos seguintes: _____

—SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR: €2 963 850,50 (dois milhões, novecentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta euros e cinquenta cêntimos), sendo do Município -€2 817 586,70 (dois milhões, oitocentos e dezassete mil, quinhentos e oitenta e seis euros e setenta cêntimos) e de Operações de Tesouraria -€146 263,80 (cento e quarenta e seis mil duzentos e sessenta e três euros e oitenta cêntimos). _____

—RECEITAS ORÇAMENTAIS (cobrança líquida): CORRENTES – €7 029 558,48 (sete milhões, vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos), de CAPITAL -€2 135 313,97 (dois milhões, cento e trinta e cinco mil, trezentos e treze euros

e noventa e sete cêntimos), e OUTRAS – €9 183,06 (nove mil, cento e oitenta e três euros e seis cêntimos), o que perfaz um TOTAL de € 9 174 055,51 (nove milhões, cento e setenta e quatro mil, cinquenta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos). _____

_____ENTRADAS E SAÍDAS DE FUNDOS NAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA COBRANÇA PARA TERCEIROS E RESPETIVOS PAGAMENTOS. _____

_____ENTRADAS: – €192 058,99 (cento e noventa e dois mil, cinquenta e oito euros e noventa e nove cêntimos), SAÍDAS – €155 677,49 (cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos). _____

_____DESPESAS ORÇAMENTAIS: CORRENTES (pagas) – €6 034 887,31 (seis milhões, trinta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete euros e trinta e um cêntimos), de CAPITAL – €3 386 000,53 (três milhões trezentos e oitenta e seis mil euros e cinquenta e três cêntimos), o que perfaz um TOTAL de – €9 420 887,84 (nove milhões, quatrocentos e vinte mil, oitocentos e oitenta e sete euros e oitenta e quatro cêntimos). _____

_____SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE: – €2 753 399,67 (dois milhões, setecentos e cinquenta e três mil, trezentos e noventa e nove euros e sessenta e sete cêntimos), sendo do Município – €2 570 754,37 (dois milhões, quinhentos e setenta mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos), e de Operações de Tesouraria – €182 645,30 (cento e oitenta e dois mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e trinta cêntimos). _____

_____A documentação vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____3.2. **MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** _____

_____2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2022. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto. _____



——— *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para esclarecer que esta revisão estava diretamente associada à transferência de competências na área da Educação e, em breve, da Ação Social e da Saúde ressaltando que, neste último caso, ainda não tinha sido assinado o auto de transferência. Além disso refletia a reprogramação do processo dos Subsistemas de Águas Residuais (ETAR) que devido a atrasos, motivados, nomeadamente, pela inexistência de empresas disponíveis para realizar as empreitadas, resultou na redução das operações previstas, pelo que a Câmara Municipal viu-se forçada a fazer essa reprogramação e a lançar mão apenas e para já ao Subsistema (ETAR) de Papízios, no valor de novecentos mil euros. Em relação ao subsistema de Cabriz, por ter um prazo de execução de quinze meses, a candidatura será feita no segundo semestre do corrente ano, ao Portugal 20-30 e, por isso, a Câmara Municipal vai reunir brevemente com o Ministro do Ambiente de modo a inteirar-se sobre a forma como este processo irá decorrer futuramente. Acrescentou que as circunstâncias em causa se traduziam na redução da comparticipação municipal, bem como da comparticipação do Estado, pelo que foi possível libertar alguns montantes para outros investimentos designadamente obras que o Executivo Camarário já tinha assumido concretizar, tais como a pavimentação da Rua das Canadas, da Rua das Moitas, da Rua da Tapadinha e da Rua das Fontainhas, para as quais se iriam lançar os respetivos concursos, no decorrer do corrente ano, juntando-se estas a outras obras que já estão a ser executadas designadamente a Rua do Peso, em Beijós e em breve a Rua de Santo Amaro, em Oliveira do Conde, há tanto ansiadas. —————

——— A Presidente da Assembleia Municipal declarou depois aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. —————

——— Face ao exposto, a Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: —————

—————Contra –0 (zero) votos;—————

—————Abstenções - 8 (oito) votos;—————

—————A favor – 11 (onze) votos.—————

—————Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Rui Manuel Mendes Lopes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Francisco Rafael Batista Gouveia, Nuno Miguel Dias Marques, António Manuel Lopes Batista e onze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Nuno Miguel Pais Seabra, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos, Adelino Morgado Carneiro e Carlos Alexandre Pais Baptista, a Segunda Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano de dois mil e vinte e dois. —————

—————A Segunda Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e vinte e dois, cifra-se nos seguintes valores:—————

—————Orçamento da Receita: —————

—————Reforços - €69 600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos euros);—————

~—————Orçamento da Despesa:—————

—————Reforços - €747 100,00 (setecentos e quarenta e sete mil e cem euros);—————

—————Diminuições - €677 500,00 (seiscentos e setenta e sete mil e quinhentos euros). ———

—————Grandes Opções do Plano:—————

—————Reforços - €677 650,00 (seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta euros);— —————



_____ Diminuições - €547 000,00 (quinhentos e quarenta e sete mil euros). _____

_____ Anos futuros: _____

_____ Reforços - €3 325 400,00 (três milhões, trezentos e vinte e cinco mil e quatrocentos euros);- _____

_____ Diminuições - €932 445,00 (novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros). _____

_____ A documentação vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ As bancadas do PSD e do CICC apresentaram Declaração de Voto conjunta, nos seguintes termos: _____

_____ “DECLARAÇÃO DE VOTO _____

_____ A Bancada do PSD e do CICC da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente à 2.ª revisão do orçamento para o ano de 2022, abstêm-se pelos factos seguintes: _____

_____ 1 - Coerência com a anterior votação na 1.ª revisão do orçamento. _____

_____ 2 - Trata-se de um documento que, claramente, não cumpre o programa com que o PS se apresentou aos munícipes e ganhou. _____

_____ 3 - Trata-se de um documento cuja execução e responsabilidade cabe em exclusivo ao Executivo, levando a que o PSD e CICC não se revejam no mesmo. _____

_____ Carregal do Sal, 29 de Abril de 2022.” _____

_____ **3.3. MAPA DE PESSOAL** _____

_____ MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2022 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação do assunto em apreço.- _____

——— *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar e justificar a proposta de alteração do Mapa de Pessoal, dando informação do número de trabalhadores à data da tomada de posse, em dezasseis de outubro de dois mil e vinte e um, que era de cento e cinquenta postos de trabalho ocupados, estando postos de trabalho em tramitação para o recrutamento como eram os casos do Técnico Superior para Museu e da Técnica Superior Variante Educação Física e na Divisão de Obras Municipais e Ambiente, dois postos para assistentes operacionais nomeadamente motorista e serralheiro. Sublinhou que em vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e um, a Câmara Municipal tinha cento e quarenta e sete lugares ocupados e à data atual registava-se um reforço de pessoal com o preenchimento dos postos de trabalho, cujos processos foram, entretanto, concluídos e fruto também das transferências de competências. Nos postos de trabalho a ocupar estavam previstos situações para responder aos desafios da transferência de competências, como eram os casos de um Técnico Superior (Serviço Social) e Técnico Superior (Psicólogo) e ainda outros recursos, já em concurso, para prover outras necessidades, entre as quais, para enfermagem veterinária que se encontrava numa situação de precaridade e que se entendeu colmatar cumprindo o que, desde o início, foi assumido pelo Executivo Camarário de combater a precaridade. —————

——— Esclareceu que o mapa de pessoal também contemplava seis postos de trabalho, a termo certo, para responder a atividades excecionais, de natureza não permanente, nomeadamente para o programa das férias desportivas de verão, e que já tinha sido dada autorização para a abertura do procedimento concursal para o recrutamento de cinco trabalhadores. Em relação à Divisão Financeira e Património existiam oito postos considerados em mapa e a Câmara Municipal passou a ter apenas sete lugares ocupados devido à consolidação de um técnico superior que se encontrava em mobilidade. —————



—No prosseguimento da sua intervenção, descreveu o número de trabalhadores afetados à Divisão de Administração Geral, à Divisão Financeira e Património e à Divisão de Obras Municipais e Ambiente, respetivamente. _____

—Relativamente à transferência de competências, no âmbito da Educação, a Câmara Municipal assumiu um mapa constituído por sessenta e oito profissionais mais um profissional, atualmente substituto e a termo incerto; na Saúde passaram apenas três assistentes operacionais, mas indo ao encontro do desejável para o Centro de Saúde de Carregal do Sal e Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato, estava previsto o concurso para o provimento de três assistentes operacionais, cuja seleção será feita em cooperação com a Coordenadora da UCSP de Carregal do Sal. _____

—Em resumo e ao abrigo do mapa de pessoal informou que a Câmara Municipal tinha àquela data cento e cinquenta pessoas, a que serão anexadas as já referidas sessenta e nove da Educação mais três assistentes operacionais na área da Saúde. Em relação à Ação Social, serão mais duas pessoas a integrar, futuramente, o mapa de pessoal do Município. _____

—Terminou clarificando que atualmente o Município tinha o mesmo número de trabalhadores no mapa de pessoal, salvaguardando que o mesmo tinha sido reforçado com trabalhadores que transitaram de procedimentos concursais do mandato anterior. —

—A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. _____

—*Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* - Usou da palavra para afirmar que o documento em causa efetivamente indicava o número de postos de trabalho a criar e as respetivas áreas sendo que a justificação era a transferência de competências. Continuou afirmando que o Partido Social Democrata não era contra a admissão de pessoal e as oportunidades de emprego, para jovens qualificados são de saudar, mas entendia que o

Presidente da Câmara não tinha conseguido fundamentar o porquê do número de pessoas a contratar nem os critérios para tal, dando o exemplo do que acontecia em relação ao RSI – Rendimento de Inserção Social, pois essa avaliação já era feita. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder à questão suscitada. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para esclarecer, de forma mais clara, que o mapa de pessoal do Município na área da Ação Social era um quanto precário sendo constituído por uma profissional efetivamente do mapa e a outra pessoa tinha vindo em mobilidade da Junta de Freguesia de Carregal do Sal. Explicou que o Município nunca tinha feito o RSI pelo que essa área tinha sido sempre trabalhada por entidades externas e, com a transferência de competências, essa responsabilidade passava para a Câmara Municipal, tal como acontecia em relação às chamadas ajudas excecionais. Feitas as contas, e porque só em relação ao RSI, a Câmara pagava até então cerca de vinte e cinco mil e quinhentos euros por ano e atendendo a que com a transferência de competências a Câmara receberá esses vinte e cinco mil e quinhentos euros mais vinte e dois mil euros para contratação de um novo técnico superior, concluíam-se que, com o total dessas verbas, a Câmara Municipal conseguia ter dois profissionais no Município – um Técnico Superior (Psicólogo) e um Técnico Superior (Serviço Social) a fazer esse trabalho em vez do encargo que teria, cerca de quarenta e oito mil euros, se continuasse a utilizar os serviços de uma empresa externa, poupando, portanto, algum montante que poderia ser canalizado para as ditas ajudas emergentes. Em relação à Saúde, clarificou que o objetivo era reforçar os Assistentes Operacionais, com o preenchimento de mais três postos de trabalho e, porventura, rescindir os serviços com a empresa que garante o serviço de limpeza no Centro de Saúde e contratar um Assistente Operacional que possa fazer essas funções e dar outros apoios. _____



———A Presidente da Assembleia Municipal, perante o interesse manifestado, declarou aceitar de novo inscrições dos membros para debate, tendo dado a palavra a quem se quis inscrever e à Câmara Municipal para responder. —————

———*António Manuel Lopes Batista* – Usou de novo da palavra para solicitar uma fundamentação com critério rigoroso, científico alegando que tinha de existir uma fórmula, um rácio que justificasse o porquê daquele número de contratações para poderem decidir em consciência. —————

———*Presidente da Câmara Municipal* – Respondeu que tinha dificuldade em perceber aquela intervenção pois se o Centro de Saúde tinha cinco operacionais mais uma pessoa de uma empresa da limpeza, o que propunham era que, em vez da contratação externa, da empresa de limpeza, fosse contratado mais um trabalhador. —————

———*Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Usou da palavra para considerar que até poderiam ser precisos mais trabalhadores, mas que entendia ser necessário fundamentar o rácio porque o que o Presidente tinha dito era que seriam necessários mais três Assistentes Operacionais quando a empresa de limpeza apenas considerava uma pessoa. —————

———*Presidente da Câmara Municipal* – Voltou a usar da palavra para explicar que, para os serviços de Saúde funcionarem de forma eficiente, necessitavam de seis Assistentes Operacionais, na medida em que nos últimos anos, o seu funcionamento tem sido garantido à custa de pessoas colocadas e abrangidas por medidas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, em situação de precaridade e era precisamente isso que queria evitar. —

———Finda a análise deste ponto da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: —————

————— Contra –7 (sete) votos;—————

————— Abstenções - 1 (um) voto;—————

————— A favor – 11 (onze) votos.—————

————— Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com sete votos contra dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Rui Manuel Mendes Lopes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Francisco Rafael Batista Gouveia, Nuno Miguel Dias Marques, António Manuel Lopes Batista, uma abstenção do membro Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira e onze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Nuno Miguel Pais Seabra, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos, Adelino Morgado Carneiro e Carlos Alexandre Pais Baptista, a Alteração ao Mapa de Pessoal do Município do ano de dois mil e vinte e dois.—————

————— A documentação vai ser arquivada em pasta própria.—————

————— As bancadas do Partido Social Democrata e do CICC-Cidadãos Independentes pelo Concelho do Carregal apresentaram declaração de voto conjunta, nos seguintes termos:—

————— “DECLARAÇÃO DE VOTO —————

————— A Bancada do PSD e CICC da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente ao mapa de pessoal para o ano de 2022, vota contra pelos factos seguintes:—

————— Por princípio não somos contra a admissão de pessoal. Gostamos de dar a oportunidade de emprego a pessoas jovens e qualificadas para o desempenho de funções no município ou em áreas dependentes do mesmo, todavia, porque os recursos públicos



são escassos, deve haver fundamentação e apresentação de critérios para essas contratações, quer no número de pessoas a contratar, quer na especificidade de formação com vista ao desempenho da função, algo que não verificamos nesta proposta de alteração ao mapa de pessoal. Mais uma vez, é um documento da inteira responsabilidade do Executivo, levando a que o PSD e CICC não se revejam no mesmo. _____

_____ Carregal do Sal, 29 de Abril de 2022.” _____

_____ A Bancada do PS apresentou declaração de voto, nos seguintes termos: _____

_____ “DECLARAÇÃO DE VOTO - Mapa de Pessoal ano de 2022 – Ponto 3.3 _____

_____ O Grupo Municipal do Partido Socialista votou favoravelmente a proposta de alteração do mapa de pessoal, uma vez que a explicação dada pelo Executivo Camarário foi amplamente esclarecedora, transparente, clara, abrangente e inequívoca. _____

_____ O líder da bancada do Partido Socialista _____

_____ (António Jorge Ribeiro de Figueiredo)” _____

_____ **3.4. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS** _____

_____ DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO – AÇÃO SOCIAL. PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS A PARTIR DE 1 DE MAIO DE 2022. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto da ordem de trabalhos. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para afirmar que, em relação a esta transferência de competências, não as poderia assumir se o mapa de pessoal não fosse aprovado. Considerou que, sendo a favor da contratação de pessoas a tempo indeterminado, da estabilidade no trabalho e contra a necessidade do uso recorrente de

situações precárias como POC's e/ou CEI's nos serviços, aquilo que se propunha e reafirmava é que, aprovado o mapa de pessoal, existiam condições para assumir essas competências garantindo duas pessoas para trabalharem nessa área e, particularmente, para fazer o trabalho relacionado com o RSI e as ajudas excepcionais. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal declarou depois aberto este ponto da ordem do dia e, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra, colocou em votação este ponto, tendo obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade dos membros presentes aprovar a transferência de competências no domínio da Ação Social (Decreto-Lei número cinquenta e cinco barra dois mil e vinte, de doze de agosto, na sua redação atual), a partir de um de maio de dois mil e vinte e dois. _____

_____ A documentação vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ **3.5. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** _____

_____ CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO.
RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar e justificar este ponto da ordem do dia, referente à Delegação de Competências, a celebrar entre o Município de Carregal do Sal e o Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, na sequência da transferência de competências no domínio da Educação, concretizada no passado dia um



de abril do corrente ano. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal declarou depois aberto este ponto da ordem do dia e, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: ratificado por unanimidade. _____

_____ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade dos membros presentes ratificar o Contrato de Delegação de Competências no domínio da Educação, conforme Decreto-Lei número vinte e um barra dois mil e dezanove, de trinta de janeiro, celebrado entre o Município de Carregal do Sal e o Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal. _____

_____ **3.6. REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS** _____

_____ 3.6.1. REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA CANDIDATURA. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DA CASA DO PASSAL. RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto da ordem do dia. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino Ferraz, esclareceu que no anterior aviso relativo à Casa do Passal estava a concurso um valor de um milhão quatrocentos e oitenta mil euros e uma vez que o valor do atual concurso aumentou, ainda que também haja um acréscimo da participação do Estado, existia o imperativo de fracionar os valores em causa e de os submeter a ratificação desta Assembleia Municipal. _____

——— A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia e, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra, colocou em votação este ponto, tendo obtido o seguinte resultado: ratificado por unanimidade.———

——— Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade dos membros presentes ratificar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à autorização prévia para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referentes à empreitada de Requalificação e Musealização da Casa do Passal, que, necessariamente, dão lugar a encargos orçamentais nos anos económicos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, com fundamento no número seis do artigo vigésimo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho e da alínea c), do número um, do artigo sexto, da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso). -

——— Em consequência, e tendo em conta o montante total de €1 802 000,00 (um milhão, oitocentos e dois mil euros), o mesmo será alocado nos seguintes termos:———

——— Ano de dois mil e vinte e dois - €1 172 360,00 (um milhão, cento e setenta e dois mil, trezentos e sessenta euros);———

——— Ano de dois mil e vinte e três - €629 640,00 (seiscentos e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta euros).———

——— A documentação vai ser arquivada em pasta própria.———

——— 3.6.2. REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA CANDIDATURA. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DAS OPERAÇÕES PARA TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO POSEUR, POR PARTE DA



AIN TAR – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O SISTEMA INTERMUNICIPAL DE ÁGUAS RESIDUAIS DE CARREGAL DO SAL, SANTA COMBA DÃO, TÁBUA E TONDELA.
RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino Ferraz, esclareceu que a situação era similar à da Casa do Passal, ou seja, havendo uma alteração aos valores inicialmente previstos, os encargos envolvidos por parte da Câmara também eram diferentes, pelo que, por imperativos legais, careciam de ratificação da Assembleia Municipal. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para afirmar que não tinha nada contra aquela assunção plurianual, mas aproveitava a ocasião para sensibilizar o executivo no sentido de que fosse considerada a candidatura da ETAR de Beijós ao POSEUR. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para complementar a informação anterior e informar que estavam previstas três operações no âmbito da AINTAR, só iria ser uma, mas no segundo semestre contava serem contratualizadas as restantes. Acrescentou que em função do que vier a ser comunicado pelo Ministro do Ambiente em reunião a realizar proximamente, se as verbas forem diferentes, era intenção do Executivo consagrar a ETAR de Beijós e de Parada para o próximo concurso. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal colocou depois em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: ratificado por unanimidade. _____

_____ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a

Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes ratificar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à autorização prévia para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais das Operações para Tratamento de Águas Residuais no âmbito da Candidatura ao POSEUR, por parte da AINTAR – Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, que, necessariamente, dão lugar a encargos orçamentais nos anos económicos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, com fundamento no número seis do artigo vigésimo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho e da alínea c), do número um, do artigo sexto, da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).—————

—————Em consequência, e tendo em conta o montante total de €344 000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil euros), o mesmo será alocado nos seguintes termos:—————

————— Ano de dois mil e vinte e dois - €153 000,00 (cento e cinquenta e três mil euros); —

————— Ano de dois mil e vinte e três - €191 000,00 (cento e noventa e um mil euros). ———

————— A documentação vai ser arquivada em pasta própria. —————

—————**3.7. REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL**—————

—————REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.—————

—————A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto da ordem do dia.—————

—————*Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino Ferraz, usou da palavra para apresentar e justificar este ponto da ordem do dia, salientando que tinha sido constatada a necessidade de fracionar e definir valores para



duas vertentes: a institucional e a dos cidadãos, sendo que no corrente Orçamento Participativo, face ao enquadramento financeiro estabelecido, seria de dezoito mil para o Carregal Participativo Cidadão e de doze mil euros para o Carregal Participativo Instituição, no total de trinta mil euros. Salvaguardou que se, no futuro, entendessem que essa verba deveria ser reforçada ou fazer alterações ao respetivo regulamento, teriam certamente a humildade para o fazer.

—A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições.

—*António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para registar as alterações introduzidas no que dizia respeito ao processo em apreço. Todavia, defendeu que o mesmo deveria ser melhorado no que dizia respeito à respetiva votação pois tinha conhecimento de que, em anos anteriores, tinham existido “movimentos” que tentaram viciar aquele processo recolhendo nomes e números de cartão de cidadão para depois criarem *emails* e votarem em nome dessas pessoas defraudando o sentido de voto. Perante o exposto, entendeu que deveria alterar-se a forma de votação e até permitir-se o voto escrito e não apenas *online* para possibilitar maior mobilização/participação.

—*Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos* – Usou da palavra para valorizar as alterações apresentadas, mas entendia que, todavia, e enquanto Presidente de Junta de Freguesia, o documento poderia ser melhorado nomeadamente no que dizia respeito às Comissões de Análise Técnica - artigo sexto, sugerindo que estas deveriam incluir um representante das Juntas de Freguesia. Aludiu, ainda, ao artigo décimo primeiro, ponto quatro referente à Análise Técnica das Propostas, para sugerir que, atendendo a que essas propostas contemplavam ou poderiam implicar o uso ou utilização do espaço propriedade da Junta de Freguesia ou gerido pela Junta de Freguesia, deveria ser obrigatória a apresentação de uma autorização prévia da Junta de Freguesia em causa perecendo-lhe

que tal seria aconselhável e justo, pelo que questionava da possibilidade de se fazer ainda essa alteração. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para afirmar que via as alterações apresentadas com bons olhos, mas entendia que se poderia ir mais longe. Saudou a distinção entre propostas de instituições e propostas individuais, mas defendeu que a verba para esta rubrica deveria ser reforçada. Deu o exemplo do Orçamento Participativo de Cascais que definia montantes por áreas, portanto fragmentado, o que considerava positivo. A propósito deixou um documento que o próprio elaborou em que elencava essa situação e em que, em relação ao artigo cinco do documento - verba a definir pelo Executivo, sugeria que fosse mais elevada. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal e aos membros que se quiseram inscrever de novo. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino Ferraz, usou da palavra para responder às questões suscitadas. _____

_____ Ao membro António Batista respondeu que efetivamente era condenável tudo o que subvertesse a livre decisão de cada cidadão e, *quicá*, em sede de Regulamento pudesse ser criado um mecanismo que pudesse evitar este tipo de coisas. No entanto, e para o presente Orçamento Participativo, atendendo aos *timings*, possivelmente já não seria viável alterar algo. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para esclarecer que atualmente a votação era feita por número de cartão de cidadão e telefone e, portanto, não era possível repetir-se o que aconteceu nos anos iniciais, acrescentando que concordava completamente com o método de votação *online* praticado atualmente. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal dirigindo-se ao membro Carlos Bastos, afirmou concordar com a sugestão sobretudo em relação à autorização prévia da Junta de



Freguesia do território considerado na proposta candidata. Relativamente à possibilidade de participação dos presidentes de Junta teria que ser ponderado pois poderia criar limitações à participação de pessoas da sua própria freguesia nas votações. _____

_____Ao Carlos Baptista, membro e Presidente da Junta de Freguesia de Beijós, respondeu que gostaria de poder aumentar o valor do Orçamento Participativo Municipal, mas tal não era possível, por enquanto, assumindo o compromisso de rever essa situação para o ano seguinte. _____

_____ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Usou da palavra para afirmar que, apesar do clausulado não explicitar taxativamente a necessidade de uma autorização prévia das Juntas de Freguesia, entendia que tal estava subentendido, aludindo, nesse pressuposto, ao artigo onze, ao ponto três e alíneas c), e) e i) do ponto quatro do respetivo Regulamento, pelo que acrescentar algo mais, seria redundante. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Em complemento ao que tinha afirmado, esclareceu que lhe parecia ter algum fundamento que tal constasse no futuro Regulamento, por forma a não defraudar eventuais expectativas a quem apresentasse candidaturas que poderiam resultar na não admissão da mesma para avaliação da proposta. No seguimento, sugeriu que fosse inserida no Regulamento uma cláusula que explicitasse, de forma clara, que a proposta apresentada carecia de parecer prévio da Junta de Freguesia adstrita à área territorial em causa. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal colocou depois em votação este ponto, que passava a incluir aquela especificidade, tendo obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade dos

presentes aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à Alteração do Regulamento do Orçamento Participativo Municipal. _____

_____ 4. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES _____

_____ ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NO ANO DE 2022. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto da ordem do dia. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, explicou que a supervisão destes transportes tem sido feita pela CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões tratando-se, por isso, de uma situação supramunicipal explicando que, desta forma, os encargos dos municípios eram minimizados, salvaguardando que, nos últimos dois anos, devido à pandemia, se tinha registado uma situação anómala em que foi despendida uma verba mais avultada. Para o ano em curso, explicou que tentou fazer-se uma regulamentação nova e criar-se um critério mais justo e benéfico para os municípios. Nesse sentido foi definido um valor por município em função do respetivo grau de utilização deste tipo de transportes. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Solicitou o uso da palavra para, aproveitando a abordagem ao tema dos transportes de passageiros, defender que deveria ser revista a frequência das carreiras por forma a servir efetivamente quem delas necessita. A



propósito, propôs que fossem afixados os horários dos respetivos transportes de passageiros nas respetivas paragens. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Voltou a usar da palavra para informar que, atendendo a algumas limitações verificadas ao nível desses transportes, sobretudo em período de pausas letivas e nalguns locais de algumas freguesias, a CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões tinha tentado adotar o programa “Ir e Vir,” suportado pela própria CIMVDL e que era feito através de táxi, a preço de autocarro, e que funcionaria sobretudo nos períodos mais críticos, como por exemplo de pausas letivas e nalguns locais de algumas freguesias. Explicou depois como estava a decorrer o processo que consistia na aquisição de um passe pelo município e, mediante prévia requisição, tendo de pagar um preço que, não sendo igual ao dos transportes públicos, seria um pouco mais alto. Nesse sentido, a Câmara Municipal tinha realizado reuniões com taxistas para aferir do interesse em participarem nesse projeto e tudo estava bem encaminhado. _____

_____ Em relação aos horários, afirmou que, apesar de essa ser uma competência clara das empresas de transportes, tinha feito essa sensibilização em reunião da CIMVDL e tudo estava a ser feito no sentido de se articularem os horários esperando-se que tudo ficasse sanado aquando da assinatura da contratualização dos serviços de transportes com as respetivas empresas, sem prejudicar crianças e familiares no início das atividades letivas. –

_____ A propósito de horários, aproveitou para informar que tinha feito eco das pretensões relativas ao levantamento dos ecopontos no Concelho e à fixação dos horários das respetivas recolhas seletivas junto do Planalto Beirão, tal como tinha sido sugerido na sessão anterior pelo membro António Batista, e aguardava que a situação fosse providenciada. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal colocou depois em votação este ponto, da ordem de trabalhos, tendo obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

—— Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes aprovar a proposta apresentada referente ao Acordo de Financiamento entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados, no âmbito das Atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros no ano de dois mil e vinte e dois. —————

—— **5. PROPOSTAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS** —————

—— ALARGAMENTO DA IDADE ATÉ 35 ANOS DE QUEM BENEFICIA DA REDUÇÃO DE 30% NO PAGAMENTO DAS TAXAS DEVIDAS NAS CONSTRUÇÕES NOVAS – PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—— A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para declarar aberto este ponto da ordem do dia, atendendo a que a proposta já tinha sido apresentada na última sessão da Assembleia Municipal. —————

—— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para referir que não tinha nada contra a proposta em análise, mas era de opinião que em nada iria combater as reais fragilidades das TMU – Taxas Municipais de Urbanização, reportando-se aos preços elevados destas taxas que disse terem causado alguns constrangimentos dando o exemplo de situações em que o dono da obra teve que pagar cerca de quatro mil euros por cinquenta metros quadrados de construção, considerando que isto não era razoável nem tão pouco contribuía para a fixação de pessoas no Concelho. —————

—— Prosseguiu afirmando que, por isso, era imperativo definirem-se os critérios para a aplicação das TMU e, uma vez que se estava a analisar esta questão, seria desejável fazê-lo de uma vez por todas pois resolver-se-ia a questão do alargamento da idade dos



beneficiários, mas não do valor exorbitante das taxas não sendo, por isso, a solução completa, sugerindo que, todos juntos, tentassem trabalhar para limar todas as fragilidades das TMU, colocando-se, desde logo, ao dispor para colaborar. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para questionar se a proposta em causa se referia apenas a construções de raiz e, se assim fosse, entendia que os benefícios deveriam ser mais abrangentes e contemplar também reabilitações. Nesse caso, a sua intervenção ia de encontro ao que o membro do CICC afirmou e entendia que seria de considerar reunirem todos para poderem rever e reformular mais alguns aspetos que deviam ser melhorados, entre os quais a questão do tipo de construções consideradas até porque existiam muitos imóveis devolutos em diversas aldeias do Concelho. _____

_____ *Tiago André Pereira Afonso* – Apresentou cumprimentos. Referiu, de seguida, que a proposta não resolvia todos os problemas, mas era um ponto de partida, pelo que o Grupo Municipal do Partido Socialista estava aberto a novas sugestões. _____

_____ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Pediu para usar de novo da palavra e afirmar que a bancada do CICC concordava com a proposta, mas considerava que deveriam ser melhorados mais alguns aspetos e, por isso, entendiam que não valia a pena “começar a casa pelo telhado”, reiterando que havia munícipes a pagar valores exorbitantes por TMU. —

_____ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Usou da palavra para afirmar que entendia os argumentos apresentados, mas lamentava o *timing* dessa argumentação pois a proposta tinha sido apresentada na anterior sessão da Assembleia Municipal, pelo que todos conheciam o seu teor. Assim, estranhava que estivessem a ser levantadas alterações quando tal deveria ter sido feito antes, com o auxílio de todos, por forma a complementarem a proposta que estava em análise e votação. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Pediu para usar de novo da palavra e salvaguardar que era a favor da mesma, mas a proposta poderia ser efetivamente

melhorada com o contributo de todos. No entanto, iria votar a favor e estaria disposto a trabalhar na sua melhoria, pois o contributo de todos seria certamente uma mais-valia. —

——— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou de novo da palavra para referir que a proposta tinha chegado às suas mãos em papel naquele dia, independentemente de a mesma ter sido apresentada na sessão anterior. No entanto, e à semelhança do que já tinha acontecido em relação a outras propostas apresentadas noutras sessões da Assembleia Municipal, entendia que a mesma deveria ser retirada, melhorada e só depois ser sujeita a votação. Terminou afirmando que aquela proposta em nada favorecia os munícipes. —————

——— *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Pediu para voltar a usar da palavra e reiterar que a proposta tinha sido lida na anterior sessão da Assembleia Municipal, pelo que, atendendo ao lapso temporal entre sessões, querendo, poderiam ter apresentado contributos. Para além disso, sublinhou que existiam líderes parlamentares que, querendo, poderiam ter ajudado a ultrapassar essa questão. —————

——— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Voltou a usar da palavra para reafirmar que era ali, na Assembleia Municipal, que tratava de assuntos de interesse do Concelho e dos munícipes e levava-os muito a sério. Continuou justificando que, de forma particular e por força da atividade profissional que desempenha, convive com aquele tipo de situações diretamente, pelo que a sua preocupação era explicar que deveriam repensar a abordagem de alterações àquela proposta. Relativamente aos líderes considerou que várias vezes foram convocados para analisarem e debaterem outras questões, mas naquele caso específico, não o faria pois não tinha na sua posse os documentos que lhe permitissem a competente análise. —————

——— A Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se ao plenário para considerar que acreditava que todos concordavam com a proposta, mas que a mesma poderia ser mais



ambiciosa. De qualquer forma, afirmou que a proposta deveria ser votada naquela sessão, mas isso não inviabilizava que se realizassem reuniões com vista ao melhoramento do documento, salvaguardando, no entanto, que a questão das TMU teria de ser objeto de uma revisão ao respetivo regulamento e isso seria um trabalho certamente mais demorado. Deixou então à consideração do Grupo Municipal do Partido Socialista manter aquela proposta ou retirá-la. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal deu, de seguida, a palavra à Câmara Municipal para fazer os esclarecimentos que entendesse oportunos. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, pediu para usar da palavra e afirmar que atendendo à discussão deveria arranjar-se uma solução para obviar esta questão considerando que um membro daquela Assembleia Municipal teve a iniciativa de apresentar aquela proposta e que essas atitudes deveriam ser elogiadas. Acrescentou que, assim sendo, o que estava em causa era a votação de um documento objetivo, que estava sujeito a análise de todos os elementos, mas a verdade era que a medida ali considerada trazia vantagens imediatas para os jovens casais. Concordou que as TMU eram efetivamente altas, pelo que a medida ali proposta era útil, sobretudo em termos de encargos para os jovens. Assim, defendeu que se votasse a respetiva proposta e, eventualmente no mês de junho, porque a Câmara Municipal tinha intenção de fazer uma revisão ao Regulamento de Taxas, poderia fazer-se uma reunião prévia que permitisse que todos dessem os seus contributos. Concluiu referindo que entendia que o mérito da proposta deveria ser dado ao autor da mesma, como deveria ser dado se fosse apresentada por qualquer outro elemento da Assembleia Municipal, apelando ao respeito pelo princípio da apresentação de propostas. _____

_____ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou de novo da palavra para afirmar que, por várias vezes, noutras situações similares em mandatos anteriores, já tinham sido retiradas

propostas que estavam a votação, pelo que ninguém queria tirar o protagonismo a quem apresentou aquela proposta em particular; o que estava em causa era enriquecer a proposta que foi apresentada. No seguimento, solicitou que na próxima Assembleia lhe fosse apresentada uma listagem de casais com idade até aos trinta e cinco anos que tivessem dado iniciado processos para construção de moradia. _____

_____Findo o período de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal colocou depois em votação este ponto da ordem de trabalhos, tendo-se obtido o seguinte resultado:

_____Contra -0 (zero) votos;_____

_____Abstenções - 8 (oito) votos;_____

_____A favor - 11 (onze) votos._____

_____Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Rui Manuel Mendes Lopes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Francisco Rafael Batista Gouveia, Nuno Miguel Dias Marques, António Manuel Lopes Batista e onze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Nuno Miguel Pais Seabra, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos, Adelino Morgado Carneiro e Carlos Alexandre Pais Baptista, a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, referente ao alargamento da idade até trinta e cinco anos de quem beneficia da redução de trinta por cento no pagamento das taxas devidas nas construções novas. _____

_____A bancada do Partido Socialista apresentou declaração de voto, nos seguintes



termos: _____

_____“DECLARAÇÃO DE VOTO – Proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista –

Ponto 5- _____

_____O Grupo Municipal do Partido Socialista votou favoravelmente a proposta de alargamento até aos 35 anos de idade, na redução de 30% nas taxas na construção de novas edificações, porque pela primeira vez está a ser alterado um regulamento que data de 15 de abril de 2014. _____

_____O líder da bancada do Partido Socialista _____

_____“(António Jorge Ribeiro de Figueiredo)” _____

_____6. **CPCJ DE CARREGAL DO SAL** _____

_____CIDADÃOS ELEITORES DESIGNADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. OFÍCIO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para informar que estava a chegar-se ao tempo limite contínuo de realização dos trabalhos da Assembleia, mas atendendo a que faltava apenas um ponto para ser analisado e o período da intervenção do público, propôs que fosse dada continuidade aos mesmos, ao que os elementos da Assembleia Municipal anuíram. _____

_____A propósito do ponto em análise, informou ter recebido a informação de que Cátia Almeida atingiu o limite de mandato para aquele cargo, pelo que a Assembleia Municipal deveria designar um novo representante para aquela Comissão, na modalidade alargada. Afirmou ter recebido uma proposta da bancada do Partido Socialista no sentido de que fosse eleita para aquelas funções a cidadã Teresa Maria Assis Duarte Diogo, educadora de infância. _____

_____Não tendo sido apresentada mais nenhuma proposta, colocou a mesma a votação

do plenário, por voto secreto, tendo-se registado o seguinte resultado: _____

_____ A favor – 13 (treze votos); _____

_____ Brancos – 6 (seis) votos; _____

_____ Contra – 0 (zero) votos; _____

_____ Nulos – 0 (zero) votos. _____

_____ Assim, face à votação, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou designar a cidadã Teresa Maria Assis Duarte Diogo, com treze votos a favor e seis votos em branco para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Carregal do Sal. _____

_____ **7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** _____

_____ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o espaço destinado à intervenção do público, aceitando inscrições. _____

_____ *Nuno Marco Nunes Mendes* – Apresentou cumprimentos. Justificou, depois a sua intervenção referindo que iria falar de um tema que lhe era muito caro - os bombeiros que, disse, eram cada vez mais criticados, humilhados e ameaçados e, como bombeiro, a cada ocorrência a que anuí, ficava mais descontente pois deparava-se com a falta de meios, sobretudo viaturas terrestres e equipamentos para fazer um trabalho ainda melhor. Sugeriu, por isso, e mais do que isso, apelava ao executivo para que ajudasse as associações humanitárias do Concelho designadamente no que dizia respeito ao abastecimento das viaturas terrestres e aéreas, nomeadamente helicópteros. A título de exemplo, referiu a lagoa localizada no Parque Industrial de Oliveirinha, junto ao Parque Clonal de pinheiro manso, que se encontrava “engolida” pela vegetação e onde sugeriu que fossem criadas condições para que as viaturas terrestres e meios aéreos pudessem abastecer, uma vez



que existem poucos pontos de abastecimento de água. _____

_____ Continuou a sua intervenção para lamentar o facto de os bombeiros estarem a perder prestígio, em termos nacionais, aos olhos das comunidades e isso entristecia-o. A propósito referiu-se ao que designou de concorrência desleal de algumas brigadas de combate a incêndios florestais; à falta de integração das estruturas de comando, apelando à união para se conseguir servir mais eficazmente as comunidades. No seguimento, sugeriu uma reunião conjunta com bombeiros, sapadores e equipas de resgate para mostrarem o equipamento de que dispõem, o risco que correm e, assim, apelar à população para encararem os bombeiros de forma mais positiva; como alguém que efetivamente está ali para ajudar. Acrescentou que o poder central e local devem unir-se aos bombeiros e criarem melhores condições para estes cumprirem a sua missão mais eficientemente reconhecendo o valor destas instituições, destes homens e mulheres que arriscam em prol dos outros. _____

_____ *Jorge Figueiredo dos Santos* – Apresentou cumprimentos. Referiu-se a um terreno localizado na Quinta da Cerca, na Póvoa da Pegada, onde foi colocada, pela Câmara Municipal, uma mangueira de três quartos com cerca de quatrocentos metros para abastecer um privado. Afirmou que alegadamente a Câmara é que pagava aquela despesa pois não existia contador e, para além disso, a mangueira em causa estava colocada a céu aberto, pelo que solicitava esclarecimentos sobre a situação. _____

_____ *Nuno Joel Baptista Andrade* – Apresentou cumprimentos. Referiu-se ao problema da poluição da Ribeira de Beijós que recordou provocava imensos constrangimentos e dificuldades aos seus habitantes pois destruía fauna e flora, colocava em causa sobrevivência de animais e até de algumas pessoas que dependiam do setor agrícola, pelo que em nome do Movimento Pró-Ribeira sensibilizava, uma vez mais, os elementos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal para, de uma vez por todas, ser diligenciada a

resolução definitiva desta questão junto das entidades competentes—————

—————Referiu-se depois às ansiadas lombas para a Rua do Lapão, em Beijós fundamentando que era uma solicitação que já tinha alguns anos e que era premente pois estava-se perante uma reta grande, de algum movimento, onde era importante garantir mais segurança para quem ali circula dando o exemplo dos turistas que afluem às Casas da Fraga.—————

—————Por fim, sugeriu que fosse revisto o horário das sessões da Assembleia Municipal de forma a possibilitar uma maior participação dos munícipes fundamentando que muitas pessoas não iam às sessões por acabarem muito tarde. Sugeriu então que essas sessões se realizassem mais cedo ou se agendassem mais algumas, o que resultaria em sessões menos extensas.—————

—————A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder a questões suscitadas, se assim o entendesse. —————

—————*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para responder ao munícipe Nuno Mendes referindo que os bombeiros são efetivamente uma força viva do Concelho e devem ter o reconhecimento da população e do Município. Acrescentou que a Câmara Municipal tem vindo a fazê-lo enumerando que foi aumentado o montante do subsídio em mais de trinta por cento; foram impulsionadas mais duas EIP – Equipas de Intervenção Permanente e têm vindo a ser trabalhadas estratégias para ajudar as duas corporações – Cabanas de Viriato e Carregal do Sal. —————

—————Sobre a solicitação relativa à lagoa de Oliveirinha respondeu que iria providenciar no sentido de ali passar a existir uma estrutura para abastecimento de água das viaturas de socorro. Em relação à proposta para mostrar à população os riscos com que se deparam estas entidades e os meios de que dispõem, é importante, sim, e será certamente pertinente dar a conhecer às populações esse trabalho e essa realidade.—————



—Ao munícipe Nuno Andrade, do Movimento Pró Ribeira, afirmou entender a sua preocupação, que também era da Câmara Municipal e assumiu que, depois de tudo o que tinha sido diligenciado e realizado no sentido de colmatar esta situação, possivelmente teriam de enveredar por outro caminho – o da justiça, para resolver a questão de uma vez por todas. Reiterou que na semana seguinte iria reunir com o Ministro do Ambiente e colocar-lhe-ia também essa questão, comprometendo-se a apresentar a Moção aprovada naquela sessão, estranhando que, de acordo com o relatório da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, parecia que tudo estava bem quando isso não correspondia à verdade. —

—Relativamente às lombas da Rua do Lapão informou que essa questão já tinha sido analisada em Comissão de Trânsito, e iriam ser repostas, aguardando-se apenas a entrega do betuminoso para a sua concretização. —

—Em relação ao horário das sessões da Assembleia, esclareceu que o Regimento prevê que as intervenções do público sejam no final salvaguardando que, conforme divulgado, recebe os munícipes que o desejem todas as terças-feiras de manhã, de quinze em quinze dias. Para além disso, e com a tomada de posse do Provedor do Município, os munícipes poderiam também utilizar este canal para se fazerem ouvir e em breve seria publicitado o horário para o competente atendimento. —

—*José Dias Batista* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para responder ao munícipe Jorge Santos e explicar que efetivamente o que existia era uma situação provisória que derivava de um problema ambiental, mas que estava a ser estudada para se resolver, de uma vez por todas disponibilizando-se para, em privado, explicitar todos os contornos desta questão. —

—*Nuno Joel Baptista Andrade* – Voltou a usar da palavra para reiterar que é imperativo estarem todos unidos e fortes em torno da questão da poluição da Ribeira de Travassos e agradecer as diligências que a Câmara Municipal puder tomar com vista à sua

solução definitiva. _____

_____ Sobre as lombas, sensibilizou para que as mesmas não fossem em betão. _____

_____ **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO, DO ANEXO I, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, iria proceder à leitura da minuta das deliberações dos pontos três ponto um, três ponto dois, três ponto três, três ponto quatro, três ponto cinco, três ponto seis um, três ponto seis dois, três ponto sete, quatro, cinco e seis da ordem do dia. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação esta minuta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. _____

_____ Aquando da votação e aprovação em minuta das respetivas deliberações, a Assembleia Municipal encontrava-se constituída pelos membros Cilene Gomes Lindinho, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Francisco Rafael Batista Gouveia, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Rui Manuel Mendes Lopes, Nuno Miguel Dias Marques, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, António Manuel Lopes Batista, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Teresa Paula de Oliveira Cortês Ferreira, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro. _____

_____ **ENCERRAMENTO.** _____

_____ Esgotada a ordem do dia, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e vinte minutos. _____

_____ E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser



assinada pelos membros da Mesa. _____

A Presidente da Assembleia Municipal,

Cilene Gomes Lindinho.

O Primeiro Secretário,

Sérgio Correia Costa Rodrigues.

A Segunda Secretária,

Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa.

